

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2022.

Nome do manifestante: GREGORI PAVAN FREIRE DE CARVALHO

Código de Manifestação: 229.076.872.125

EMENTA: SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE O NÚMERO DE PROCEDIMENTOS SANCIONATÓRIOS OU AÇÕES ENCAMINHADAS AO PODER JUDICIÁRIO FORAM PROPOSTAS PELO TCE-RJ POR DESCUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. PEDIDO INDEFERIDO. AS INFORMAÇÕES ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS PARA PESQUISA, EM TRANSPARÊNCIA ATIVA, NO PORTAL DO TCE-RJ.

Prezado Sr. Gregori Pavan Freire de Carvalho

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

“Em razão da Lei de Acesso à Informação (12.527/2011), e o recente aniversário de 10 anos da mesma, estou fazendo uma pesquisa/levantamento e gostaria de saber:

1º - Entre o ano de 2011 até a data atual, quantos procedimentos sancionatórios ou ações encaminhadas ao Poder Judiciário foram propostas pelo Tribunal de Contas do Estado por descumprimento da LAI contra Poder/Instituição/Órgão Público ou Agente Público/Político, no âmbito do Estado e também dos Municípios (exceto a capital)?

2º - Caso exista algum, entre esses procedimentos/ações, é possível identificar e informar quais (número do procedimento/ação) lograram êxito, ou seja, culminaram na condenação/penalização?

3º - Caso exista algum, seria possível ter acesso/fornecer uma lista/documento com o número dos procedimentos que foram propostos pelo Tribunal de Contas do Estado por descumprimento da LAI contra Poder/Instituição/Órgão Público ou Agente Público/Político, no âmbito do Estado e também dos Municípios (exceto a capital), entre 2011 à data atual, independente do resultado?

A simples recomendação de fazer ou voto desfavorável por tal razão não são o foco desta solicitação.”

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

“A fim de atender à solicitação em tela, realizamos busca no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos –

SCAP, não sendo possível identificar registro que se enquadre nos critérios trazidos à baila pelo demandante.

Destacamos que o TCE-RJ desempenha atividades de fiscalização tendo por ponto de controle a Lei de Acesso à Informação e o nível de aderência dos portais de transparência dos entes das administrações estadual e municipais do Estado do Rio de Janeiro, com exceção da Cidade do Rio de Janeiro, às disposições da Lei Federal nº 12.527/2011.

É possível ao demandante ter acesso aos referidos processos através da ferramenta “Pesquisa Textual”, adotando-se critérios de pesquisas diferentes, possível encontrar resultados diversos, os quais atendam ou não ao seu objeto de interesse.

Sendo assim, entendemos ser pertinente que o requerente acesse diretamente a ferramenta e realize os filtros necessários para o atendimento a sua demanda, conforme exemplo sugerido inicialmente:

- a) Utilizar as expressões exatas “DESCUMPRIMENTO” e “LAI”, dentre outras;
- b) Havendo interesse em detalhar mais a busca, basta clicar em “Pesquisa Avançada” e preencher os campos desejados, como “Data de Cadastro Início” e “Data de Cadastro Fim”, a fim de delimitar ao período de vigência da respectiva lei até os dias atuais, por exemplo.

Deste modo, o sistema irá gerar um relatório que possibilitará à interessado visualizar os apontamentos referentes ao tema solicitado, gerar imagens digitais e copiar os dados pesquisados.

Ressaltamos que os processos deste Tribunal podem ter seu teor e sua tramitação consultados após decisões proferidas em sessões plenárias, com exceção dos sigilosos, através do seu Portal (www.tcerj.tc.br).

Cabe lembrar no presente caso, ainda, o disposto na Resolução nº 275, de 25 de março de 2013, que dispõe sobre o acesso à informação pública, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro:

“Art. 11. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação que:

...

III - exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade”.

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://www.tcerj.tc.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,
Ouvidoria do TCE-RJ